26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

O OBSERVATÓRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SUDESTE: REDE DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

THE SOUTHEASTERN CULTURAL HERITAGE OBSERVATORY: *A MEMORY AND INFORMATION NETWORK*

Bianca Rihan Rihan Pinheiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Sabrina Dinola – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO))

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A partir de experiências de pesquisa e extensão das autoras deste artigo na equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, projeto que tem se dedicado a acompanhar processos de patrimonialização e salvaguarda de manifestações culturais, propomos abordar um conjunto variado, mas coerente, de práticas e representações que dão substância ao repositório digital do Observatório, apresentado à luz do encontro dialético entre os campos da Ciência da Informação e da Memória Social. Em consonância com as discussões acolhidas pelo chamado paradigma social da informação, nosso principal objetivo passa por extrapolar a plataforma como um acervo estático de pesquisas etnográficas. Como uma rede de memórias coletivas, a mesma é apresentada como ponto de partida para reflexões sobre o papel da construção colaborativa e compartilhada da informação, bem como ferramenta substancial para deslocamentos políticos-epistemológicos nas criações e disputas de territórios, patrimônios e cidadanias. A metodologia orientadora da pesquisa em rede tem natureza qualitativa e inspiração etnográfica. Partimos das relações sociais estabelecidas com parceiros, pesquisadores e detentores integrantes do Observatório em seus diálogos simétricos - produzidos em encontros presenciais e virtuais, aulas abertas, seminários de pesquisa, percursos territoriais, etc. – para compreendermos o próprio repositório digital como instrumento criador de modos de pensar e fazer com.
Palavras-chave: patrimônio cultural; memória social; construção colaborativa da informação.

Abstract: Drawing on the authors' research and extension experiences within the team of the Southeast Cultural Heritage Observatory, a project dedicated to monitoring processes of heritage-making and safeguarding cultural expressions, this article examines a diverse yet coherent set of practices and representations that give substance to the Observatory's digital repository. The repository is analyzed through the dialectical encounter between the fields of Information Science and Social Memory. In line with discussions associated with the so-called social paradigm of information, our primary objective goes beyond understanding the platform as a static archive of ethnographic research. By demonstrating it as a network of collective memories, we consider it a starting point for reflections on the role of collaborative and shared information construction as a substantial resource for political and epistemological shifts in the creation and contestation of territories, heritage, and citizenship.The methodology guiding this network-based research is qualitative in nature and ethnographically inspired. We begin with the social relationships established among partners, researchers, and heritage bearers involved in the Observatory through symmetrical dialogues—developed in face-to-face and virtual meetings, open classes, research seminars, territorial walks, and related activities—in order to understand the digital repository itself as a tool for performing ways of thinking-and-doing with others. Rather than an endpoint, it is conceived as an expansion of points of departure.
Keywords: cultural heritage; social memory; collaborative information construction.

1 INTRODUÇÃO

Desviando da imagem de um repositório informacional estático, este trabalho toma o portal do **Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste[1] (OPCS)** como parte de uma rede de relações sociais, técnicas, institucionais e epistêmicas que se constitui e se transforma continuamente. Mais do que um produto digital finalizado ou uma base destinada exclusivamente ao armazenamento e à disponibilização de informações, o Observatório pode ser compreendido como um ambiente ativo de investigação, no qual pesquisa, documentação, memória, patrimonialização e participação de diferentes agentes se articulam. Essa perspectiva desloca a atenção da plataforma enquanto objeto tecnológico para os processos e relações que a constituem. Desse modo, partimos da seguinte pergunta: de que maneira as práticas de pesquisa, documentação e produção de conhecimentos desenvolvidas pelo OPCS contribuem para novas formas de compreendermos e atuarmos com o patrimônio cultural?

Criado em 2019, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), o OPCS está vinculado ao Laboratório de Memória e Imagem (LABIM), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado

[1] Disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/.

do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO). Sua constituição está relacionada à necessidade de acompanhar os diferentes "territórios patrimoniais" que se configuram na região Sudeste brasileira - compreendida pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo - e às formas pelas quais pesquisadores, comunidades, detentores de saberes, instituições públicas e agentes das culturas populares participam da produção, circulação e salvaguarda de referências culturais.

Como apontam Dinola e Abreu (2023, p. 214), o Observatório surge:

> Como repositório, onde o sítio dá acesso a um acervo variado e significativo de documentos, registros e testemunhos em suportes digitais multimídia. São relatos, textos, áudio-imagens, notícias, etc. relativos a cada um dos "patrimônios observados" e aos grupos e comunidades dos chamados "detentores" dos saberes e fazeres envolvidos. Desse ponto de vista, pode-se "visitar" ou "percorrer" o sítio como 'ponto de observação' a partir do qual são indicados certos trajetos informacionais de acompanhamento dos processos de patrimonialização de manifestações populares de muitos tipos.

Para as autoras, o Observatório nasce justamente do encontro entre a institucionalidade universitária, as políticas e instituições patrimoniais, as redes digitais e a organicidade das culturas populares, constituindo-se nesse "cruzo" entre diferentes formas de produção de conhecimento e de atuação no campo patrimonial.

Nesse sentido, o termo "observatório" deixa de ser entendido exclusivamente como um lugar a partir do qual se observa um objeto que permanece exterior ao observador. A própria concepção do OPCS procura deslocar essa ideia de um "ponto de observação privilegiado" para a noção de um ambiente de investigação, no qual observar implica estabelecer relações, acompanhar processos, produzir registros, reorganizar materiais, dialogar com interlocutores e participar, em diferentes graus, das dinâmicas patrimoniais observadas. A plataforma digital constitui, portanto, apenas uma das dimensões de uma rede mais ampla de relações que também se realiza nos encontros presenciais, nas pesquisas de campo, nas instituições, nos territórios e nas interações estabelecidas entre pesquisadores e grupos sociais (cf., Dinola; Abreu, 2023).

Essa compreensão também permite distinguir o OPCS de um repositório convencional. Embora o portal disponibilize documentos, fotografias, vídeos, entrevistas, pesquisas acadêmicas, inventários e outros materiais relacionados às manifestações culturais acompanhadas pelo projeto, sua finalidade não se restringe à acumulação ou à

disponibilização desses registros. Os materiais reunidos são compreendidos como “memórias de pesquisa” (Dinola; Rihan; Abreu; Borges, 2024), isto é, como elementos que conservam informações sobre determinado patrimônio, mas também ‘vestígios’ dos encontros, das relações, das escolhas, dos pertencimentos e dos processos de produção de conhecimento que os originaram. Como observam Dinola, Rihan, Abreu e Borges (2023), esses materiais funcionam simultaneamente como “registros” e como “índices” dos processos de participação implicados na constituição dos patrimônios.

É nesse ponto que a noção de “rede” assume importância para compreender o funcionamento do Observatório. Sua estrutura não é constituída apenas por pesquisadores vinculados à universidade. Ela envolve diferentes sujeitos e posições: pesquisadores acadêmicos, pesquisadores que pertencem aos próprios universos culturais investigados, detentores de conhecimentos, produtores culturais, integrantes de comunidades, instituições públicas e agentes vinculados às políticas de patrimônio. O OPCS opera, assim, em uma zona de contato entre diferentes regimes de conhecimento, evitando compreender a universidade como único lugar legítimo de produção e validação do saber sobre os patrimônios culturais.

Alargando este horizonte, o que especialmente nos tem mobilizado na execução do projeto (OPCS) se relaciona à construção e ao acompanhamento da rede de agentes, grupos/coletividades em territórios urbanos. Nesse processo, os diálogos simétricos, assim como as diferentes definições, ações e articulações de/entre acervos/documentos (monumentos, efemérides), protagonismos (mestrias, narrativas), ancestralidades e territorialidades passaram a se mostrar potencialmente transformadores do campo patrimonial.

No plano conceitual, esta pesquisa se volta aos sentidos, dinâmicas e efeitos associados a determinados territórios urbanos vinculados a grupos historicamente segregados e/ou subalternizados, marcados por cosmovisões de matrizes não ocidentais e por formas diversas de resistência. O interesse recai, especialmente, sobre os modos pelos quais esses territórios vêm sendo mobilizados nos debates do campo patrimonial e nas disputas em torno do reconhecimento, da memória e da redefinição das cidadanias. No plano pragmático da atuação universitária (ensino, pesquisa e extensão), a premissa é de que as universidades

públicas podem funcionar (material e simbolicamente) como "lugares de memória" (Nora, 1993) e de formação de territórios comuns[2].

Enfocaremos, aqui, o que denominamos "territórios patrimoniais", situados na região Sudeste brasileira e compreendidos como espaços nos quais diferentes sujeitos e coletividades mobilizam referências culturais, memórias e vínculos de pertencimento. Sob as perspectivas da ancestralidade e da territorialidade, esses territórios podem ser pensados como contextos para novos regimes de memória, resistência e produção de identidades coletivas.

Partindo desde conjunto de questões e interações cada vez mais intensas e extensas, que se expressam nas práticas de registro de manifestações culturais no portal do Observatório, nosso objetivo aponta para a ressignificação e/ou ampliação dos próprios conceitos de patrimônio, memória e informação, iluminados pela trajetória de nossa rede, e compreendidos como ferramentas substanciais para deslocamentos políticos-epistemológicos na contemporaneidade.

Tal debate será conduzido a partir do encontro entre os campos da ciência da informação, da memória social e do patrimônio cultural, celebrado, em parte, desde as aberturas possibilitadas pela chamada virada social da informação.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENCONTRA A MEMÓRIA SOCIAL

Inserida em um cenário de consolidação do positivismo como uma das principais expressões da razão moderna, a Ciência da Informação (CI) se institucionaliza sob a retórica de uma disciplina emergente, "pronta" para responder ao boom informacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Como modelos hegemônicos da "nova área"[3], revezaram-se,

[2] É importante ressaltar que tais territórios, pensados a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão constitui uma das bases da pesquisa de pós-doutorado de uma das autoras, intitulada "Um campus-campo: novas interlocuções para a composição de territórios compartilhados de observação e atuação" (Dinola, 2025), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO), em articulação com Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação da Unirio (PROEXT-PG/Unirio), sob supervisão da profa. Dra. Camila Moraes. De forma objetiva, o projeto busca estabelecer articulações entre as ações do OPCS e o Centro de Extensão e Pesquisa em Favelas (CEP-Favelas) - projeto-piloto da UNIRIO que visa à integração entre a universidade e as comunidades locais, atuando mais diretamente nas comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro.

[3] A caracterização da Ciência da Informação como "nova área" deve ser problematizada, uma vez que tende a reproduzir uma narrativa de origem que desconsidera uma longa duração de práticas de organização e mediação dos saberes. Conforme argumenta Saldanha, tal retórica em torno da "novidade disciplinar" opera como mecanismo de apagamento de genealogias históricas mais amplas da organização do conhecimento, que antecedem a própria institucionalização do campo no pós-guerra. Ver: Saldanha (2008; 2010; 2013).

destacadamente, ora um paradigma físico, fundado em torno de objetos pretensamente transportados nas condições ideais de canais fechados; ora um paradigma cognitivo, idealizador de um mundo que, embora vislumbre a presença de sujeitos, concebe-os isoladamente das dinâmicas sociais (Capurro, 2003).

Pode-se dizer que, por algumas décadas, o silêncio vigente na CI acerca das múltiplas naturezas e das múltiplas relações conformadoras da informação tenha contribuído para a redução do conceito de informação à ideia de representação encerrada, destituindo-o das histórias, memórias e movimentos que lhe dão lastro e substância.

Porém, como nos ensinaria Thomas Kuhn (1989; [1962]) no clássico "A estrutura das revoluções científicas", o saber científico, como outros quaisquer, está situado histórica e geograficamente, cultural e politicamente. Desde essa perspectiva, compreendemos a ciência não como conhecimento absoluto e universal, mas como o resultado sempre provisório de condicionamentos inerentes a seu tempo e espaço. A cada revolução paradigmática, um novo discurso passa, portanto, a prevalecer, deslocando e enfraquecendo outras concepções de ciência e de mundo.

Ainda que a literatura não apresente consenso quanto à caracterização dos estudos sociais da informação como uma efetiva revolução paradigmática (Araújo, 2018), é significativo o número de autores que identificam uma virada social na CI, ou mesmo a consolidação de um paradigma social da informação a partir de meados dos anos de 1980, tal como proposto por Rafael Capurro (2003).

De todo modo, desde esse momento, torna-se notável uma crescente pluralidade epistemológica no campo, alimentada pelo diálogo com diferentes tradições das ciências humanas. Como destaca Saldanha:

> Na CI, uma certa caminhada epistemológica que segue em direção à sociologia compreensiva, à dialética, à própria sociologia do conhecimento como uma fenomenologia do cotidiano apresentada por Berger & Luckmann (1985), vem se aprofundando a partir de meados no século XX. [...]; "o cientismo positivista" e a "autoridade da razão científica" são conduzidas até a realidade histórica e cultural que os cerca (Saldanha, 2008, p. 35).

No bojo desse movimento, apontamos para o encontro da Ciência da Informação com os estudos da Memória Social, que viriam a se tornar importantes referenciais críticos para o entendimento das dinâmicas informacionais do presente.

Assim como a Ciência da Informação, o campo da Memória Social é marcado pela interlocução com diversas tradições teóricas. Nesse contexto, a obra de Maurice Halbwachs (1950) ocupa uma posição destacada sendo amplamente reconhecida como fundadora dos estudos sociais da memória. Embora seu pensamento tenha sido objeto de críticas no avançar dos debates sobre o fenômeno memorialístico - especialmente em razão da ênfase excessiva atribuída às estruturas sociais em detrimento da agência dos sujeitos -, as formulações do autor já apontavam para aspectos fundamentais. Ao conceber a memória não como reflexo direto do passado, mas como uma reconstrução realizada no presente e condicionada pelas posições ocupadas pelos sujeitos no interior dos grupos e das redes sociais, Halbwachs (1950) estabeleceu bases importantes para a identificação do caráter dinâmico e processual na dialética entre lembrar e esquecer.

Ampliando essa perspectiva, novas reflexões ultrapassaram a relação entre passado e presente para localizar a memória como uma construção/ disputa endereçada ao futuro. Considerando-a, a um só tempo, como “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (Kosselleck, 2006), Michel Pollak (1989) e Andreas Huyssen (2000) contribuíram para consolidar uma concepção de memória como prática social atravessada por afetos, mas também por conflitos.

Autoras como Diana Taylor (2003) e Leda Maria Martins (2003) oferecem ainda mais elementos ao debate, ao evidenciarem o fato de a produção, a transmissão e a atualização de memórias não se restringem apenas aos registros documentais. Ao pontuar a distinção entre arquivo e repertório, Taylor (2003) sublinha ora os afastamentos, ora a complementariedade entre formas de conhecimento e memória inscritas em documentos/ suporte materiais e aquelas corporificadas e transmitidas por meio de performances, gestos e modos de saber e fazer. Já Martins, através do conceito de “oralitura”, enfatiza essa mesma possibilidade corporal e oral para a manifestação das memórias, destacando, sobretudo, as experiências e epistemologias negras.

Sob a influência dessa perspectiva crítica da Memória Social, os documentos informacionais passaram a ser abordados em parte significativa da Ciência da Informação, bem como em suas subáreas, a partir das condições de produção, circulação e apropriação.

É nesse sentido que Luciana Heymann (2012), pesquisadora dos campos da memória social e dos arquivos, observa certo deslocamento nas interpretações que concebiam os

arquivos/ repositórios enquanto depósitos de fatos ou provas inquestionáveis do passado. Ao invés de funcionarem como guardiões de uma verdade previamente fornecida, os documentos, segundo a autora, deslindam-se como artefatos dinâmicos, permanentemente abertos às novidades e às intervenções do percurso.

Do mesmo modo, a CI abre espaço para maneiras menos duras de fazer pesquisa: para além dos dados e métricas, que tendem a cristalizar a informação em certezas acabadas, desponta a noção de processo. Metodologias de viés etnográfico ou baseadas em histórias de vida incorporam-se com mais intensidade nas reflexões do campo, que se volta ao "cortejo plástico dos indivíduos em relação". É nessa abertura coreográfica, atravessada por sensibilidades várias e por uma forte dimensão simbólica, que a informação passa a ser pensada (Rihan, 2019).

Nesse ensejo, proporcionado pelo encontro entre a Ciência da informação, a Memória Social e o Patrimônio, propomos apresentar o projeto do Observatório Cultural do Sudeste, bem como o nosso repositório de pesquisa, não como uma organização ideal, mas partindo justamente do reconhecimento entre as narrativas e visões de mundos diversas que oportunamente se encontram nos fios de nossa rede.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo das relações sociais estabelecidas com parceiros, pesquisadores e detentores integrantes do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste em seus diálogos simétricos - produzidos em encontros presenciais e virtuais, aulas abertas, seminários de pesquisa, percursos territoriais, etc. -, a metodologia orientadora da pesquisa em rede tem natureza qualitativa e inspiração etnográfica, não exatamente como o método em sua configuração clássica na Antropologia, e sim no sentido mais contemporâneo de uma produção documental variada e heterogênea, que valoriza o aprendizado durativo *com* mestrias e modos de vida diferentes, permitindo estender as ações e observações citadas acima a esta nova observação.

Exatamente por se pretender etnográfica, a pesquisa busca acompanhar os atores envolvidos, destacando suas ações e interpretações a partir de idas aos seus territórios identitários e de atuação, não como forma de mapear suas produções, mas de aprender (atuando com) as formas de reescrever-produzindo memórias e de mapear-ocupando territórios.

Faz ainda parte das premissas, a elaboração de materiais etnográficos (inclusive os de produção de dossiês, inventariação, etc) como de criação/inscrição de vínculos (elos e acordos pragmáticos entre movimentos sociais, Estado, sociedade civil) que, por sua vez, envolvem deslocamentos epistêmicos-políticos.

3.1 O OBSERVATÓRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SUDESTE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Ao entendermos que, no contexto contemporâneo de valorização da diversidade cultural, as atividades de pesquisa e informação no campo do patrimônio ultrapassam sua dimensão documental, enxergamos no OPCS um espaço privilegiado de encontro, diálogo e mediação entre diferentes saberes, disciplinas e experiências culturais. Nessa direção, trabalhamos com a hipótese de que as formas de observação e atuação mediadas por plataformas digitais de pesquisa e colaboração podem ampliar os efeitos desses encontros para além da produção de registros documentais. Ao possibilitarem novas conexões entre pesquisadores, comunidades e agentes culturais, tais ambientes favorecem a circulação de conhecimentos, a formação de redes de interlocução e a emergência de novas formas de produção compartilhada da memória e do patrimônio (Dinola; Rihan, 2023).

Foi a partir dessas reflexões, e da necessidade de dialogar com os desafios, tensões e transformações que atravessam os processos de patrimonialização no presente, que o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste ampliou sua atuação.

Para além do acompanhamento e produção das páginas *online*, o OPCS passou a buscar formas de contribuir ativamente para a compreensão e fortalecimento de políticas e experiências patrimoniais, promovendo espaços de encontro entre pesquisadores, agentes culturais, comunidades e instituições públicas. Com isso, abriu-se a possibilidade de construir novas articulações entre as políticas patrimoniais e a universidade, mobilizando seu potencial analítico e crítico na produção compartilhada de conhecimentos e na construção de respostas para demandas socialmente situadas.

Partindo deste debate, torna-se fundamental mencionar a dimensão extensionista que vem se constituindo como parte importante das ações desenvolvidas pelo OPCS. Ao estabelecer interlocuções continuadas com grupos, coletivos, instituições e agentes culturais, o Observatório vem buscando aproximar a universidade dos territórios e das experiências sociais que constituem seus campos de pesquisa, deslocando a extensão de uma perspectiva meramente difusionista para compreendê-la como espaço de troca, escuta e produção

compartilhada de conhecimentos. Essa perspectiva está em consonância com uma compreensão da extensão universitária como uma via de mão dupla, na qual os saberes produzidos na universidade entram em diálogo com conhecimentos, experiências e demandas construídos socialmente.

O OPCS atua, assim, num conjunto mais amplo de ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNIRIO, particularmente aquelas voltadas à valorização, documentação e salvaguarda do patrimônio cultural, fazendo do trabalho de pesquisa, documentação e disponibilização de informações também uma forma de aproximação entre universidade e sociedade. Esse movimento tem se intensificado por meio do diálogo e da articulação com ações vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC) da UNIRIO, particularmente no âmbito do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG), ampliando as possibilidades de interlocução entre a pesquisa desenvolvida pelo Observatório, as políticas de extensão universitária e as demandas e conhecimentos produzidos nos territórios.

Portanto, mais do que um simples repositório de pesquisas acadêmicas, tornou-se fundamental conceber o espaço virtual do OPCS como um *território* de interlocução entre diferentes saberes e práticas. Por essa razão, suas ações pressupõem a participação efetiva dos detentores de saberes e práticas tradicionais na composição do acervo, reconhecendo-os como agentes ativos na produção dos registros que o constituem, mas, sobretudo, na elaboração, interpretação e circulação dos conhecimentos nele produzidos e compartilhados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ARQUIVOS, REPERTÓRIOS E MEMÓRIAS EM REDE

As questões narradas nas seções acima – que apontam para um alargamento do projeto inicial do Observatório - emergiram de maneira particularmente expressiva durante o processo de construção da página do OPCS dedicada ao município de Serro (MG) - conhecido por seu amplo conjunto patrimonial, material e imaterial, reconhecido pelo IPHAN - quando debates relacionados a conflitos socioambientais, disputas patrimoniais e tensões socioculturais passaram a despontar naquele território[4].

[4] Página do Serro, disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/serro-territorio-patrimonial

Como fruto da ampliação do papel do Observatório, a página do Serro se constituiu de forma totalmente colaborativa, agregando diversos coletivos e movimentos sociais engajados na luta contra os grandes projetos minerários no estado de Minas Gerais, destacando-se o Movimento Popular pela Soberania na Mineração (MAM), o Movimento pelas Águas e a N'Golo (Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais). Um novo eixo de observação e análise, constituindo mais uma das etapas dos estudos desenvolvidos pelo Observatório, passou, portanto, a ser mobilizado: a ferramenta digital, ancorada em sua extensa rede de pesquisadores, detentores e interlocutores, transformar-se-ia em mediadora e colaboradora dos direitos das populações habitantes desse território patrimonial em situação de assédio.

Deste modo, para além da posição discursiva, tornou-se fundamental aprofundar a compreensão da posição 'agentiva' assumida pelos interlocutores nos espaços sociais pesquisados, tanto no campo da produção de conhecimento quanto nos debates e mobilizações socioculturais e étnico-raciais.

Para além do Serro, ao longo do processo de construção das novas páginas do OPCS, as manifestações e atuações vinculadas à resistência cultural negra - especialmente aquelas relacionadas à música e às expressões sonoras - contribuíram para ampliar a rede de parcerias do projeto.

Nesse contexto, passaram a ganhar relevância os acervos de intelectuais e pesquisadores negros, cuja diversidade documental se expressa em múltiplos suportes e registros, mas que frequentemente apresentam centralidade da dimensão sonora. A construção das páginas dedicadas à Capoeira[5] e, posteriormente, às Matrizes do Samba no Rio de Janeiro[6], à Pequena África Paulistana[7] e à Dança do Samba[8] evidenciou que a constituição desses acervos está diretamente vinculada às relações estabelecidas entre pesquisadores, sujeitos e coletivos envolvidos nos processos de patrimonialização, ver Dinola e Rihan (2023). Essa dimensão relacional é particularmente evidente na participação dos chamados "pesquisadores nativos"

[5] Página Capoeira, disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/capoeira
[6] Página Matrizes do Samba no RJ, disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/matrizes-do-samba-no-rj
[7] Página Pequena África Paulistana, disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa-paulistana
[8] Página Dança do Samba, disponível em: https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/mulheres-do-samba

(conceito mobilizado a partir das próprias experiências desenvolvidas pelo Observatório), e na forma como os acervos disponibilizados na plataforma se afirmam como resultado de relações, negociações e formas compartilhadas do conhecimento.

A página da "Pequena África Paulistana", por exemplo, (re)conta a história do bairro da Casa Verde - reconhecido como um importante território negro da Zona Norte de São Paulo - a partir do olhar e da trajetória de quem vivencia esse espaço. A narrativa é construída em diálogo com a experiência de Tadeu Kaçula - sambista, sociólogo, pesquisador-colaborador do processo de patrimonialização do Samba de Bumbo Paulista e interlocutor do OPCS. Essa participação desloca as fronteiras entre pesquisador e pesquisado e contribui para a construção compartilhada das narrativas, dos acervos e dos conhecimentos disponibilizados pelo OPCS. Compreendendo a amplitude de suas atuações, Kaçula se destaca como articulador de diversos projetos de memória urbana que propõem circuitos contra-hegemônicos na cidade de São Paulo. Essas iniciativas operam como dispositivos de reapropriação do espaço urbano e como pontos de partida para a construção de um inventário de territórios historicamente apagados por políticas de branqueamento e processos de invisibilização social[9].

Tal perspectiva dialoga diretamente com as formulações de Diana Taylor (2003), para quem a memória cultural se conserva, a um só tempo, por meio de documentos e arquivos - representantes de certa institucionalização da vida; mas também pelo repertório - constituído pelas vivências e manifestado por performances transmitidas entre diferentes tempos, espaços e gerações. Conforme a página narrada por Kaçula, que se debruça sobre as culturas afro-diaspóricas, Leda Maria Martins (2003) contribui, igualmente, ao apontar para a centralidade das performances, materializadas na dialética entre oralidades e corporalidades.

Em síntese, os percursos aqui apresentados evidenciam os acervos reunidos na plataforma do OPCS para além de sua condição de fontes documentais ou repositórios de informações sobre o passado. Ao serem mobilizados por sujeitos e coletividades em seus processos de memória, patrimonialização e reivindicação de direitos, passam a se constituir como espaços de articulação política e de transmissão de informações e de saberes, sempre em movimento.

[9] Sobre essa discussão e aprofundamento deste debate, ver Rihan e Dinola (2025), que propõe uma reflexão sobre os territórios patrimoniais, em circuitos urbanos, a partir das práticas e narrativas de agentes vinculados a expressões culturais frequentemente invisibilizadas.

Tais reflexões e ações desenvolvidas no âmbito do Observatório também têm contribuído para aproximar o debate patrimonial das discussões contemporâneas sobre os chamados “arquivos comunitários” (Flinn, 2007; Rangel, 2025). Essa aproximação tem evidenciado o potencial dessas experiências para a produção compartilhada de conhecimentos, o fortalecimento de memórias socialmente situadas e a ampliação das formas de participação de grupos historicamente sub-representados nos processos de construção, preservação e circulação da memória. Se, como alerta Flinn (2007), a incorporação de arquivos comunitários por grandes instituições pode resultar na neutralização de sua força política e de sua autonomia, as experiências desenvolvidas pelo OPCS apontam para a necessidade de repensarmos o papel da universidade deslocado da ideia de tutela ou absorção desses acervos, mas como espaço de interlocução, colaboração e fortalecimento de sua capacidade de agir.

O desafio, nesse sentido, não consiste em (apenas) trazer os arquivos comunitários para dentro da universidade, mas em construir formas de parceria que preservem sua autonomia, reconheçam seus modos próprios de produção de conhecimento e ampliem sua potência de intervenção nos debates sobre memória e patrimônio em regimes pluriepistêmicos.

Como o mais recente resultado deste processo, o OPCS firmou uma parceria com o IPHAN, para a realização do plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro.

Em torno dessa antiga demanda da comunidade da capoeira, reuniremos mestras e mestres de capoeira, pesquisadores, gestores culturais e representantes de instituições patrimoniais para pensarmos juntos um instrumento capaz de atuar na valorização e transmissão da capoeira como patrimônio cultural de nosso estado e de nosso país. Tal agenda, aponta para os novos desafios do OPCS quanto à formulação de estratégias que assegurem direitos e que possibilitem a (re)construção de memórias coletivas e sociais em torno de uma manifestação cultural secular.

O Observatório se debruçará, portanto, sobre o vasto acervo comunitário da capoeira - oral, escrito e corporal - com a finalidade de contribuir com a organização de memórias sobre o tema, de fornecer subsídios à gestão de políticas públicas para sua salvaguarda e, sobretudo, de fortalecer a legitimidade de uma forma de conhecimento que se manifesta na performance e na ancestralidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas em torno do OPCS nos abriram a possibilidade de construirmos uma iniciativa digital voltada ao monitoramento de pesquisas referentes ao patrimônio imaterial, mas, sobretudo, nos permitiram refletir sobre os modos pelos quais esse tipo de plataformas/ ferramentas vêm sendo apropriadas por diferentes sujeitos e coletividades como espaços de mobilização, visibilidade e resistência (Dinola; Rihan, 2023). Nesse contexto, nosso interesse voltou-se particularmente para a construção de novas formas de circulação da informação, de articulação entre territórios e de produção compartilhada de conhecimento em rede.

Sob essa perspectiva, nossa plataforma vem sendo pensada e construída como um espaço dinâmico de produção de sentidos, memória e ação coletiva, bem como "território de memoração" (Davallon, 2015). Isto é, como um espaço não só “de arquivo”, mas que abre caminhos para mergulharmos nos “repertórios” (Taylor, 2003) nos quais a memória é continuamente produzida, atualizada e mobilizada em torno de experiências de luta, pertencimento e resistência de grupos e comunidades vinculados por meio de acervos coletivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 47-72, jan./abr. 2018. DOI: 10.33467/conci.v1i1.9341. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9341. Acesso em: 26 out. 2026.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. DOI: 10.4000/books.oep.866. Acesso em: 9 nov. 2026.

DINOLA, Sabrina; ABREU, Regina. Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. **ACENO:** Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Cuiabá, v. 10, p. 211-228, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/14425. Acesso em: 26 out. 2026.

DINOLA, Sabrina; RIHAN, Bianca; ABREU, Regina; BORGES, Iria. Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de “pesquisadores nativos”. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 24, p. 66-100, 2023. Disponível

em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/133559. Acesso em: 26 out. 2026.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 151-176, out. 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00379810701611936. Acesso em: 26 out. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2012.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, [1991?].

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 63-81, 2003. DOI: 10.5902/2176148511881. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881. Acesso em: 26 out. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 26 out. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.icarabe.org/sites/default/files/pdfs/5_memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

RANGEL, Kissila. Arquivos para quem? A inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, 3. série, n. 24, p. 87-99, 2025. DOI: 10.21747/21836671/pag24a6. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/download/15670/13650/58815. Acesso em: 26 out. 2026.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação**: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/ECID-7NXH5S. Acesso em: 26 out. 2026.

SALDANHA. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 300-315, set. 2010. DOI: 10.18617/liinc.v6i2.372. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3259. Acesso em: 26 out. 2026.

SALDANHA. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da neodocumentação. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013. Disponível em: https://ridi.ibict.br/server/api/core/bitstreams/9cc35986-5476-437a-bec1-054dfe2a15a1/content. Acesso em: 26 out. 2026.

TAYLOR, Diana. **The archive and the repertoire**: performing cultural memory in the Americas. Durham: Duke University Press, 2003.